

LIVRO X

Sócrates — E se afinno que a nossa cidade foi fundada da maneira mais correta possível, é, sobretudo, pensando no nosso regulamento sobre a poesia que o digo.

Glauco — Que regulamento?

Sócrates — O de não admitir em nenhum caso a poesia imitativa. Parece-me mais do que evidente que seja absolutamente necessário recusar admiti-lo, agora que estabelecemos uma distinção clara entre os diversos elementos da alma.

Glauco — Não compreendi bem.

Sócrates — Digo, sabendo que não ireis denunciar-me aos poetas trágicos e aos outros imitadores, que, segundo creio, todas as obras deste gênero arruinam o espírito dos que as escutam, quando não têm o antídoto, isto é, o conhecimento do que elas são realmente.

Glauco — Por que falas assim?

Sócrates — E preciso dizê-lo, embora uma certa ternura e um certo respeito que desde a infância tenho por Homero me impeçam de falar. Na verdade parece ter sido ele o mestre e o

chefe de todos esses belos poetas trágicos. Mas não se deve testemunhar a um homem mais consideração do que à verdade e, como acabei de dizer, é um dever falar.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Escuta então, ou, antes, responde-me.

Glauco — Interroga.

Sócrates — Poderás dizer-me o que é, em geral, a imitação? É que eu não concebo bem o que ela se propõe.

Glauco — E como queres, então, que eu o conceba?

Sócrates — Não haveria nisso nada de espantoso. Muitas vezes, os que têm a vista fraca apercebem os objetos antes daqueles que a têm penetrante.

Glauco — Isso acontece. Mas, na tua presença, nunca ousarei dizer o que poderia parecer-me evidente. Vê tu, portanto.

Sócrates — Muito bem! Queres que partamos deste ponto, no nosso inquérito, segundo o nosso método habitual? Realmente, temos o hábito de supor uma certa forma, e uma só, para cada grupo de objetos múltiplos a que damos o mesmo nome. Compreendes isto?

Glauco — Compreendo.

Sócrates — Tomemos então aquele que quiseses desses grupos múltiplos. Por exemplo, há um sem-número de camas e mesas.

Glauco — Pois bem.

Sócrates — Mas, para esses dois móveis, há apenas duas formas, uma de cama, outra de mesa.

Glauco — Assim é.

Sócrates — Não costumamos também dizer que o fabricante de cada um desses móveis preocupa-se com a forma, para

fazer, um, as camas, o outro, as mesas de que nos servimos, e assim para os outros objetos? E que a forma em si mesma ninguém a modela, não é assim?

Glauco — Por certo que não.

Sócrates — Mas dize-me agora que nome darás a este obreiro.

Glauco — Qual?

Sócrates — Aquele que faz tudo o que fazem os diversos obreiros, cada um no seu gênero.

Glauco — Estás a falar de um homem hábil e maravilhoso!

Sócrates — Espera um pouco mais e afirmarás mais acertadamente. Este adesão de que falo não é apenas capaz de fazer todas as espécies de móveis, mas também produz tudo o que brota da terra, modela todos os seres vivos, incluindo ele próprio, e, além disso, fabrica a terra, o céu, os deuses e tudo o que há no céu e tudo o que há sob a terra, no Hades.

Glauco — Aí está um sofista maravilhoso!

Sócrates — Duvidas de mim? Mas diz-me: achas que não existe um artesão assim? Ou que, de cada maneira, se possa criar tudo isso e, de outra, não se possa? Mas tu mesmo observas que poderias criá-lo, de certa maneira.

Glauco — E que maneira é essa?

Sócrates — É simples. Pratica-se muitas vezes e rapidamente, muito rapidamente até, se quiseres pegar num espelho e andar com ele por todos os lados. Farás imediatamente o Sol e os astros do céu, a Terra, tu mesmo e os outros seres vivos, e os móveis e as plantas e tudo aquilo de que falávamos há instantes.

Glauco — Sim, mas serão aparências, e não objetos reais.

Sócrates — Bem, chegas ao ponto mais importante do dis-

curso. Suponho que seja verdade que entre os artesãos desta natureza é preciso contar também com o pintor, não achas?

Glauco — Como não?

Sócrates — Mas tu me dirás, penso eu, que o que ele faz não é verdadeiro. Contudo, de certo modo, o pintor também faz uma cama. Ou não?

Glauco — Sim, pelo menos uma cama aparente.

Sócrates — E o marceneiro? Não disseste há pouco que não fazia a forma ou, segundo nós, o que é a cama, mas uma cama qualquer?

Glauco — Disse, é verdade.

Sócrates — Pois bem. Se não faz o que é, não faz o objeto real, mas um objeto que se assemelha a este, sem ter a sua realidade, e se alguém dissesse que a obra do marceneiro ou de qualquer outro artesão é real, seria acertado dizer que isso seria falso?

Glauco — Seria a conclusão a que chegariam os que se ocupam de tais questões.

Sócrates — Por conseguinte, não devemos nos admirar que essa obra seja algo de obscuro, se comparado com a verdade.

Glauco — Não.

Sócrates — Apoiando-nos nestes exemplos, procuremos agora descobrir o que pode ser o imitador.

Glauco — Se tu o quiseres.

Sócrates — Vejamos que há três espécies de camas: uma que existe na natureza das coisas e de que podemos dizer, aeio, que Deus é o criador. Quem mais seria, senão ele?

Glauco — Ninguém, na minha opinião.

Sócrates — Uma segunda é a do marceneiro.

Glauco — Sim.

Sócrates — E uma terceira, a do pintor.

Glauco — Seja.

Sócrates — Assim, o pintor, o marceneiro e Deus são três que presidem à forma destas três espécies de camas.

Glauco — Sim, são efetivamente três.

Sócrates — E Deus, ou porque não quis agir de modo diferente, ou porque uma necessidade qualquer o obrigou a não fazer senão uma cama na natureza, fez unicamente essa que é a cama real; mas duas camas desta espécie, ou várias, Deus nunca as produziu nem as produzirá.

Glauco — Por quê?

Sócrates — Pois, se fizesse somente duas, manifestar-se-ia uma terceira de que essas duas reproduziriam a forma, e esta cama é que seria a cama real, não as outras duas.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — Deus, sabendo isso, penso eu, e querendo ser o criador venladeiro de uma cama real, e não o fabricante particular de uma cama particular, criou essa cama única por natureza.

Glauco — Assim me parece.

Sócrates — Queres então que demos a Deus o nome de criador natural deste objeto ou qualquer outro nome semelhante?

Glauco — Nada mais justo, visto que criou a natureza desse objeto e de todas as outras coisas.

Sócrates — E o marceneiro? Devemos chamá-lo de obreiro da cama, não é verdade?

Glauco — Sim, é.

Sócrates — E chamaremos ao pintor o obreiro e o criador desse objeto?

Glauco — De modo nenhum.

Sócrates — Dize-me então o que é ele em relação à cama.

Glauco — Parece-me que o nome que lhe conviria melhor é o de imitador daquilo de que os outros dois são os artífices.

Sócrates — Que seja. Chamas portanto, imitador ao autor de uma produção afastada três graus da natureza.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Desse modo, o autor de tragédias, se é um imitador, estará por natureza afastado três graus do rei e da verdade, assim como todos os outros imitadores.

Glauco — E provável.

Sócrates — Então estamos nós de acordo quanto ao imitador. Mas, sobre o pintor, responde-me ainda: tenta ele, a teu ver, imitar cada uma das coisas que existem na natureza ou as obras dos artesãos?

Glauco — As obras dos artesãos.

Sócrates — Tais como são ou tais como parecem ser? Distingue mais isto.

Glauco — O que queres dizer?

Sócrates — Vê, caro Glauco: uma cama, quer a olhes de lado, quer de frente, quer de qualquer outra maneira, é diferente de si mesma ou, sem diferir, parece diferente? E acontece o mesmo com as outras coisas?

Glauco — Sim, o objeto parece diferente, mas não é.

Sócrates — Agora, considera este ponto: qual destes dois objetivos se propõe a pintura no que se refere a cada objeto: representar o que é tal como é ou o que parece tal como parece? É a imitação da aparência ou da realidade?

Glauco — Da aparência.

Sócrates — Sendo assim, a imitação está longe da verdade e, se modela todos os objetos, é porque respeita apenas a uma pequena parte de cada um, a qual, por seu lado, não passa de uma sombra. Diremos, por exemplo, que o pintor nos representará um sapateiro, um carpinteiro ou qualquer outro artesanato, sem ter o mínimo conhecimento do seu ofício. Contudo, se for bom pintor, tendo representado um carpinteiro e mostrando-o de longe, enganará as crianças e os homens tolos, porque terá dado à sua pintura a aparência de um carpinteiro autêntico.

Glauco — É correto.

Sócrates — Aí está! No meu modo de ver, o que se deve pensar de tudo isto é o seguinte: quando um indivíduo vem nos dizer que encontrou um homem conhecedor de todos os ofícios, que sabe tudo o que cada um sabe do seu ramo, e com mais exatidão do que qualquer outro, devemos assegurá-lo de que é um ingênuo e que, ao que parece, deparou com um charlatão e um imitador, que o iludiu a ponto de lhe parecer onisciente, porque ele mesmo não era capaz de distinguir a ciência, a ignorância e a imitação.

Glauco — É a mais pura verdade.

Sócrates — Devemos, assim, considerar agora a tragédia e Homero, que é o seu pai, visto que ouvimos certas pessoas dizerem que os poetas trágicos são versados em todas as artes, em todas as coisas humanas relativas à virtude e ao vício e até nas coisas divinas. Dizem elas que é necessário que o bom poeta, se quer criar uma obra bela, conheça os assuntos de que trata, pois, de outro modo, não será capaz de criar. Precisamos, assim, ver se essas pessoas, tendo deparado com imitadores desta natureza, não foram enganadas pela contemplação das suas obras,

não notando que estão afastadas no terceiro grau do real e que, mesmo desconhecendo a verdade, é fácil executá-las, porque os poetas criam fantasmas, e não seres reais, ou se a sua afirmação tem algum sentido e se os bons poetas sabem realmente aquilo de que, no entender da multidão, falam tão bem.

Glauco — Certamente, temos de ver isso.

Sócrates — Achas que, se um homem fosse capaz de fazer tanto o objeto a imitar como a imagem, preferiria consagrar a sua atividade à fabricação das imagens e poria esta ocupação no primeiro plano da sua vida, como se para ele não houvesse nada melhor?

Glauco — Penso que não.

Sócrates — Porém, se fosse mesmo versado no conhecimento das coisas que imita, suponho que se dedicaria muito mais a criar do que a imitar, que procuraria deixar atrás de si um grande número de obras belas, assim como monumentos, e que estaria muito mais interessado em ser honrado pelos outros do que em honrar.

Glauco — Creio que sim, porque não há, nesses dois papéis, igual honra e proveito.

Sócrates — Sendo assim não peçamos contas a Homero nem a nenhum outro poeta sobre vários assuntos. Não lhes perguntemos se um deles foi médico, e não apenas imitador da linguagem destes, que curas se atribuem a um poeta qualquer, antigo ou moderno, como a Esculápio, ou que discípulos eruditos em medicina deixou atrás de si, como Esculápio deixou os seus descendentes. De igual modo, no que concerne às outras artes, não os interroguemos, vamos deixá-los em paz. Mas sobre os assuntos mais importantes e mais belos que Homero decide

tratar: as guerras, o comando dos exércitos, a administração das cidades, a educação do homem, talvez seja justo interrogá-lo e dizer-lhe: “Caro Homero, se é verdade que, no que respeita à virtude, não estás afastado no terceiro grau da verdade, artífice da imagem, como definimos o imitador, se te encontras no segundo grau e nunca foste capaz de saber que práticas tornam os homens melhores ou piores, na vida particular e na vida pública, diz-nos qual, entre as cidades, graças a ti, se governou melhor, como, graças a Licurgo, o Lacedemônio, e graças a muitos outros, muitas cidades, grandes e pequenas? Que Estado reconhece que foste para ele um bom legislador e um benfeitor? A Itália e a Sicília tiveram Carondas, e nós, Sólon, mas a ti que Estado pode citar?” Poderia indicar um só que fosse?

Glauco — Não acredito. Os próprios homéridas não dizem nada.

Sócrates — Menciona-se alguma guerra, no tempo de Homero, que tenha sido bem conduzida por ele ou pelos seus conselhos?

Glauco — Nenhuma.

Sócrates — Citam-se então dele, como de um homem hábil na prática, várias invenções engenhosas que digam respeito às artes ou a outras atividades, como se faz acerca de Tales de Mileto e de Anacársis, o Cita?

Glauco — Não, não se diz nada.

Sócrates — Ora, se Homero não prestou serviços públicos, diz-se, ao menos, que tenha, durante a vida, estado à frente da educação de alguns particulares, que o tenham amado ao ponto de se prenderem à sua pessoa e tenham transmitido à posteridade um plano de vida homérica, como foi o caso de Pitágoras,

que inspirou uma profunda dedicação deste gênero e cujos seguidores ainda hoje chamam pitagórico ao modo de existência pelo qual parecem distinguir-se dos outros homens?

Glauco — Não, também nesse aspecto não se diz nada, porque Creófilo, o discípulo de Homero, expôs-se talvez mais ao ridículo pela sua educação do que pelo seu nome, se é verdade o que se fala de Homero. Na verdade, diz-se que este foi estranhamente desprezado em vida por essa personagem.

Sócrates — E isso o que se diz. Mas achas, Glauco, que se Homero tivesse estado mesmo em condições de instruir os homens e torná-los melhores, possuindo o poder de conhecer, e não o de imitar, não teria feito muitos discípulos que o teriam honrado e estimado? Ora! Protágoras de Abdera, Pródico de Cós e muitos outros chegam a persuadir os seus contemporâneos, em conversas privadas, de que não poderão administrar nem a sua casa nem a sua cidade, se eles mesmos não presidirem à sua educação, e por esta sabedoria fazem-se amar tanto que os seus discípulos os levariam sobre os ombros quase em triunfo. Se Homero tivesse sido capaz de ajudar os homens de seu tempo a serem virtuosos, tê-lo-iam deixado, a ele ou a Hesíodo, errar de cidade em cidade recitando os seus versos? Não os amariam mais do que a todo o ouro do mundo? Não os teriam forçado a ficar junto deles, no seu país ou, se não tivessem podido convencê-los, não o teriam seguido por toda parte, até que recebessem uma educação suficiente?

Glauco — O que dizes, Sócrates, parece-me a pura verdade.

Sócrates — Tomemos como princípio que todos os poetas, a começar por Homero, são simples imitadores das aparências da virtude e dos outros assuntos de que tratam, mas que não

atingem verdade. São semelhantes nisso ao pintor de que falávamos há instantes, que desenhará uma aparência de sapateiro, sem nada entender de sapataria, para pessoas que, não percebendo mais do que ele, julgam as coisas segundo a aparência? Glauco — Sim.

Sócrates — Diremos também que o poeta aplica a cada arte cores adequadas, com as suas palavras e frases, de tal modo que, sem ser competente senão para imitar, junto daqueles que, como ele, só vêem as coisas segundo as palavras, passa por falar muito bem, quando fala, observando o ritmo, a métrica e a harmonia, quer de sapataria, quer de arte militar, quer de outra coisa qualquer, tal o encanto que esses ornamentos têm naturalmente e em si mesmos! Despojadas do seu colorido artístico e citadas pelo sentido que encerram, sabes bem, creio eu, que figura fazem as obras dos poetas, visto que também tu assististe a isso.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Não se parecem rostos das pessoas que não têm outra beleza além do viço da juventude, quando esse viço passou?

Glauco — E exato.

Sócrates — Pois bem, leva isto em consideração: o criador de imagens, o imitador, não entende nada da realidade, só conhece a aparência.

Glauco — Certo.

Sócrates — Não deixemos o assunto a meio, vejamo-lo mais a fundo.

Glauco — Fala.

Sócrates — Dizemos que o pintor pintará rédeas e um freio.

Glauco — Sim.

Sócrates — Mas o correeiro e o ferreiro é que os fabricarão.

Glauco — Certo.

Sócrates — É por acaso o pintor que sabe como devem ser feitos o freio e as rédeas? Ou será aquele que os fabrica, ferreiro ou correeiro? Não é antes aquele que aprendeu a servir-se deles, o simples cavaleiro?

Glauco — Exato.

Sócrates — Não diremos que o mesmo se passa em relação a todas as coisas?

Glauco — Como assim?

Sócrates — Há três artes que correspondem a cada objeto: as do uso, da fabricação e da imitação.

Glauco — Sim, há.

Sócrates — Mas qual será o objetivo da beleza, da perfeição de um móvel, de um animal, de uma ação, senão o uso, com vista ao qual cada coisa é feita, quer pela natureza, quer pelo homem?

Glauco — Não será nenhum outro.

Sócrates — Em sendo assim, é forçoso que aquele que utiliza uma coisa seja o mais experimentado e informe o fabricante das qualidades e defeitos da sua obra, baseado no uso que faz dela. Por exemplo, o tocador de flauta informará o fabricante acerca das flautas que poderão servir-lhe para tocar; dir-lhe-á como deve fazê-las, e aquele obedecerá.

Glauco — Indubitavelmente.

Sócrates — Portanto, o que conhece vai se pronunciar sobre as flautas boas e más, e o outro trabalhará confiando nele.

Glauco — Certamente.

Sócrates — Assim, em relação ao mesmo instrumento, o fabricante tem, acerca da sua perfeição ou imperfeição, uma confiança que será exata, porque está em ligação com aquele que sabe e é obrigado a ouvir as suas opiniões, mas é quem utiliza quem tem a ciência.

Glauco — Perfeito.

Sócrates — Mas o imitador estará na posse do uso da ciência das coisas que representa, saberá se elas são belas e corretas ou não, ou terá delas uma opinião justa porque será obrigado a conviver com o que sabe e a receber as suas instruções, quanto à maneira de representá-las?

Glauco — Nem uma coisa nem outra.

Sócrates — O imitador não tem, portanto, nem ciência nem opinião justa no que diz respeito à beleza e aos defeitos das coisas que imita?

Glauco — Não, ao que me parece.

Sócrates — Será então encantador o imitador em poesia, pela sua sapiência dos assuntos tratados!

Glauco — Nem tanto assim!

Sócrates — No entanto, não deixará de imitar, sem saber por que motivo uma coisa é boa ou má, mas deverá fazê-lo daquilo que parece belo à multidão e aos ignorantes.

Glauco — E o que mais poderia ser feito?

Sócrates — Aí estão, segundo parece, dois pontos sobre os quais estamos de acordo: em primeiro lugar, o imitador não tem nenhum conhecimento válido do que imita, e a imitação é apenas uma espécie de jogo infantil. Em segundo, os que se consagram à poesia trágica, quer componham em versos jâmbicos, quer em versos épicos, são imitadores em grau supremo.

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — Mas, por Zeus! Essa imitação não está afastada no terceiro grau da verdade?

Glauco — Está.

Sócrates — Além disso, sobre que outro elemento o homem exerce o poder que tem?

Glauco — Ao que te referires?

Sócrates — Vê: mesma grandeza, olhada de perto ou de longe, não parece igual.

Glauco — Não.

Sócrates — E os mesmos objetos parecem tortos ou inteiros consoante os olhamos na água ou fora dela, ou côncavos ou convexos devido à ilusão visual produzida pelas cores. E evidente que tudo isto lança a perturbação na nossa alma. Dirigindo-se a esta disposição da nossa natureza, a pintura sombreada não deixa de tentar nenhum processo de magia, como é também o caso do charlatão e de muitas outras invenções deste gênero.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Ora, não se descobriram na medida, no cálculo e no peso excelentes auxiliares contra tais ilusões, de modo que o que prevalece em nós não é a aparência de grandeza ou pequenez, de quantidade ou peso, mas o parecer daquilo que contou, mediu, pesou?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — E estas operações competem ao elemento racional da nossa alma, não é assim?

Glauco — Sim, efetivamente.

Sócrates — Mas não acontece diversas vezes, depois de

ter medido e assinalado que tais objetos são, em relação a outros, maiores, menores ou iguais, receber ao mesmo tempo a impressão contrária a propósito dos mesmos objetos?

Glauco — Sim.

Sócrates — Pois bem. Não declaramos que era impossível que o mesmo elemento tivesse, sobre as mesmas coisas e ao mesmo tempo, duas opiniões contrárias?

Glauco — Sim, declaramos.

Sócrates — Por consequência, o que, na alma, opina contrariamente à medida não forma, com o que opina conformemente à medida, um único e mesmo elemento?

Glauco — Com efeito, não.

Sócrates — Mas por certo que o elemento que confia na medida e no cálculo é o melhor da alma.

Glauco — Sim.

Sócrates — Então, o que é contrário será um elemento inferior de nós mesmos.

Glauco — É como vejo.

Sócrates — Era a esta conclusão que queria conduzir-vos quando dizia que a pintura, e costumeiramente toda espécie de imitação, realiza a sua obra longe da verdade, que se relaciona com um elemento de nós mesmos que se encontra afastado da sabedoria e não se propõe, com essa ligação e amizade, nada de saudável nem de real.

Glauco — Exato.

Sócrates — Desse modo, a imitação só dará frutos medíocres, sendo que é uma coisa medíocre unida a um elemento medíocre.

Glauco — Assim me parece.

Sócrates — Mas será assim apenas com a imitação que se dirige à vista ou também com a que se dirige ao ouvido, e a que chamamos poesia?

Glauco — Com certeza, será assim também com a última.

Sócrates — Não vamos nos ater, no entanto, a esta semelhança da poesia com a pintura. Voltemo-nos para esse elemento do espírito com que está relacionada a imitação poética e vejamos se é desprezível ou precioso.

Glauco — E o que temos de fazer.

Sócrates — Elaboremos a pergunta da seguinte maneira: a imitação, segundo cremos, representa os indivíduos que agem voluntariamente ou à força, pensando, segundo os casos, que agiram bem ou mal e entregando-se em todas estas conjunturas quer à dor, quer à alegria. Algo mais além disso?

Glauco — Nada.

Sócrates — Em todas estas situações, o homem está de acordo consigo mesmo? Ou, do modo como estava em desacordo a respeito da vista, tendo ao mesmo tempo duas opiniões diferentes dos mesmos objetos, está igualmente, no que se refere à sua conduta, em contradição e em luta consigo mesmo? Mas algo me diz que não temos de concordar com este ponto. A bem da verdade, no que dissemos atrás, reconhecemos tudo isso e que a nossa alma está cheia de contradições desta natureza, que nela se manifestam ao mesmo tempo.

Glauco — E falamos com razão.

Sócrates — É verdade, tivemos razão. Mas julgo necessário analisar agora o que então omitimos.

Glauco — O que se dá?

Sócrates — Dizíamos nós que um homem de caráter mo-

derado, a quem sucede uma desgraça, como a perda de um filho ou qualquer outro objeto de seu apreço, suporta essa perda mais facilmente do que qualquer outro.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Então, vejamos. Pensas que ele não ficará de modo nenhum aflito ou, sendo impossível tal indiferença, mostrar-se-á moderado na sua dor?

Glauco — A segunda alternativa é a verdadeira, certamente.

Sócrates — E quando achas que ele lutará contra a dor e lhe resistirá? Quando estiver sendo observado pelos seus semelhantes ou quando ficar só, à parte, consigo mesmo?

Glauco — Procurará se dominar mais quando estiver sendo observado.

Sócrates — Porém, uma vez só, ousará, suponho, proferir muitas palavras que teria vergonha que fossem ouvidas e fará muitas coisas que não suportaria que o vissem fazer.

Glauco — E como penso.

Sócrates — Então, o que o obriga a conter-se não é a razão e a lei, e o que leva a afligir-se não é o próprio sofrimento.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Quando dois impulsos contrários se produzem ao mesmo tempo no indivíduo, com relação aos mesmos objetos, dizemos que há necessariamente nele dois elementos, não é assim?

Glauco — Como não?

Sócrates — E um desses elementos está disposto a obedecer à lei em tudo o que ela prescreve.

Glauco — Como?

Sócrates — A lei diz que não há nada mais belo do que manter a calma, tanto quanto possível, na infelicidade, e não

se afligir, porque não se pode distinguir com clareza o bem do mal que ela comporta; não se ganha nada em indignar-se, nenhuma das coisas humanas merece ser tomada muito a sério, e, numa ocasião dessas, agindo com destempero, seria impossível ver o que estaria vindo em nosso socorro, porque nosso desgosto nos impediria.

Glauco — Do que falas?

Sócrates — Reflito sobre o que nos aconteceu. Como num lançamento de dados, devemos, de acordo com o lote que nos toca, restabelecer os nossos assuntos pelos meios que a razão nos prescreve como sendo os melhores e, indo de encontro a qualquer coisa, não agir como as crianças, que, agarrando-se à parte magoada, perdem o tempo a gritar, mas, pelo contrário, lutar por habituar a nossa alma a ir o mais depressa possível tratar o ferimento, erguer o que está por terra e fazer calar os lamentos mediante a aplicação do remédio.

Glauco — Temos aí, com certeza, o melhor a fazer nos acidentes que nos ocorrem.

Sócrates — Bem, segundo dizemos, é o melhor elemento de nós mesmos que quer seguir a razão.

Glauco — Evidentemente.

Sócrates — E o elemento que nos leva a recordar a infelicidade e os lamentos, de que não pode saciar-se, não diremos que é irracional, ocioso e amigo da covardia?

Glauco — Diremos, com razão.

Sócrates — O carácter irascível presta-se a imitações numerosas e variadas, ao passo que o carácter prudente e tranqüilo, sempre igual a si mesmo, não é fácil de imitar, nem fácil de compreender, uma vez expresso, sobretudo numa assembléia

em festa e pelos homens de todo tipo que se encontram reunidos nos teatros. Estariam assim imitando sentimentos que lhes são estranhos.

Glauco — Correto.

Sócrates — Então, é claro que o poeta imitador não se mcina, por natureza, para um tal caráter da alma, e o seu talento não se importa em agradar-lhe, visto que pretende salientar-se no meio da multidão. Ao contrário, inclina-se para o caráter irritável e instável, porque este é fácil de imitar.

Glauco — É óbvio.

Sócrates — Podemos, com razão, censurá-lo e considerá-lo o par do pintor. Assemelha-se a ele por só produzir obras sem valor, do ponto de vista da verdade, e assemelha-se também por estar relacionado com o elemento inferior da alma, e não com o melhor dela. Estamos, entao, bem fundamentados para não o recebermos num Estado que deve ser regido por leis sábias, visto que esse indivíduo desperta, alimenta e fortalece o elemento mau da alma e assim arruina o elemento racional, como ocorre num Estado que se entrega aos maus, deixando-os tomar-se fortes e destruindo os homens mais nobres. Diremos o mesmo do poeta imitador que introduz um mau governo na alma de cada indivíduo, lisonjeando o que nela há de irracional, o que é incapaz de distinguir o maior do menor, que, pelo contrário, considera os mesmos objetos ora grandes, ora pequenos, que só produz fantasias e se encontra a uma distância enorme da verdade.

Glauco — Certamente.

Sócrates — E vê que ainda não acusamos a poesia do mais grave dos seus malefícios. O que mais devemos recear nela é,

sem dúvida, a capacidade que tem de corromper, mesmo as pessoas mais honestas, com exceção de um pequeno número.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Ouve e considera o caso dos melhores de nós. Quando vemos Homero ou qualquer outro poeta trágico imitar um herói na dor, que, no meio dos seus lamentos, se estende numa longa tirada ou canta ou bate no peito, sentimos, como sabes, prazer. Acompanhamos tudo isso com a nossa simpatia e, no nosso entusiasmo, louvamos como um bom poeta aquele que, no mais alto grau possível, provocou em nós tais disposições.

Glauco — Certo, como poderia eu ignorá-lo?

Sócrates — Mas, quando uma desgraça doméstica nos fere, já percebeste que fazemos força por manter a atitude contrária, por ficarmos calmos e mostrar coragem, porque isso é próprio de um homem e o comportamento que há instantes aplaudíamos só fica bem às mulheres?

Glauco — Sim, notei.

Sócrates — Então, é belo elogiar um homem com o qual não gostaríamos de nos parecer, que por sua atitude nos faria corar, e, em vez de sentir repugnância, comprazemo-nos com esse espetáculo e louvá-lo?

Glauco — Não, por Zeus! Isso não me parece correto.

Sócrates — Sem dúvida, sobretudo se analisares o caso deste outro ponto de vista.

Glauco — Qual?

Sócrates — Se considerares que esse elemento da alma que, nos nossos maiores infortúnios, reprimimos, que tem sede de lágrimas e gostaria de se saciar de lamentações, coisas que

é de sua natureza desejar, é aquele mesmo que os poetas se esforçam por satisfazer e contentar. E que, de outra feita, o elemento melhor de nós mesmos, não estando suficientemente formado pela razão e pelo hábito, desiste do seu papel de soldado, em face desse elemento propenso às lamentações, com o pretexto de que é simples espectador das desgraças dos outros; que para ele não há vergonha, se um outro que se diz homem de bem verte lágrimas vãs, em louvá-lo e lamentá-lo; que considera o seu prazer algo de que não suportaria privar-se, desprezando toda a obra. E bem verdade que é dado a poucas pessoas ponderar que o que se sentiu a propósito das desgraças do outro se sente a propósito das suas; por isso, depois de termos alimentado a nossa sensibilidade com essas desgraças, não é fácil contê-la nas nossas próprias?

Glauco — Nada há mais verdadeiro que isso.

Sócrates — O mesmo argumento não se aplica ao riso, segundo penso. Embora tendo vergonha de fazer rir, sentes um vivo prazer na representação de uma comédia ou, na vida particular, numa conversa burlesca, detestas essas coisas por serem vulgares, comportand~te do mesmo modo que nas emoções patéticas. E que essa vontade de fazer rir que reprimias pela razão, receando ganhar a reputação de desabusado, tu irás libertá-la, e, se lhe deres força, sucede-te muitas vezes que, entre os teus familiares, te abandones ao ponto de te tomares autor cômico.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — E, no que diz respeito ao amor, à cólera e a todas as outras paixões da alma, que acompanham cada uma das nossas ações, a imitação poética não provoca em nós se-

melhantes efeitos? Fortalece-as regando-as, quando o certo seria secá-las, faz com que reinem sobre nós, quando deveríamos reinar sobre elas, para nos tornarmos melhores e mais felizes, em vez de sermos mais viciosos e miseráveis.

Glauco — Estás cedo, mais uma vez.

Sócrates — Então, Glauco, quando encontrares panegiristas de Homero, dizendo que este poeta educou-se na Grécia e que, para administrar os negócios humanos ou ensinar a sua prática, deve-se basear nele, estudá-lo e viver regulando de acordo com ele toda a existência; debes saudá-los e acolhê-los com respeito, como se fossem homens tão virtuosos quanto possível, e conceder-lhes que Homero é o príncipe da poesia e o primeiro dos poetas trágicos, mas saber também que em matéria de poesia não se devem admitir na cidade senão os hinos em honra dos deuses e os elogios das pessoas de bem. Se, pelo contrário, admitires a Musa voluptuosa, o prazer e a dor serão os reis da tua cidade, em vez da lei e desse princípio que, de comum acordo, sempre foi considerado o melhor: a razão.

Glauco — Exatamente.

Sócrates — Tínhamos isto a ser dito, visto que voltamos a falar da poesia, para nos justificar de termos banido do nosso Estado uma arte desta natureza: a razão obrigava-nos a isso. E digamos-lhe também, para que ela não nos acuse de dureza e rudeza, que é antiga a dissidência entre a filosofia e a poesia. Testemunham-no os seguintes aspectos: “a cadela arisca que ladra para o dono”, “o homem que passa por grande nas palavras vãs dos loucos”, “o magote das cabeças magistras”, “as pessoas que se atormentam a subtrair porque estão na miséria” e mil outros que marcam a sua velha oposição. Declaremos, porém,

que, se a poesia imitativa puder provar-nos com boas razões que tem o seu lugar numa cidade bem policiada, vamos recebê-la com alegria, porquanto temos consciência do encanto que ela exerce sobre nós, mas seria ímpio trair o que se considera a verdade. Aliás, meu amigo, não te sentes seduzido também, ainda mais quando a vês através de Homero?

Glauco — Muito.

Sócrates — Portanto, é justo que possa entrar, depois de se ter justificado, quer numa ode, quer em versos de qualquer outra medida.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Permitiremos até que os seus defensores que não são poetas, mas que amam a poesia, falem por ela em prosa e nos demonstrem que não é apenas agradável, mas também útil, ao governo dos Estados e à vida humana. E iremos ouvi-los com boa vontade, visto que será proveitoso para nós se ela se revelar tão útil como agradável.

Glauco — Por certo que teremos a lucrar.

Sócrates — Porém, meu caro amigo, se ela não se nos apresentar assim, faremos como aqueles que se amaram, mas que, tendo reconhecido que o seu amor não era proveitoso, se desligam, contrariados, é cedo, mas se desligam. Também nós, por um efeito do amor que a educação das nossas belas repúblicas fez nascer em nós por essa poesia, estaremos dispostos a ver manifestar-se a sua excelência e altíssima verdade. No entanto, enquanto não for capaz de justificar-se, escutá-la-emos repetindo, como um encantamento que nos previna contra ela, as razões que acabamos de enumerar, com receio de cair nesse amor de infância que é ainda o da maioria dos homens. Repetiremos,

então, que não se deve tomar a sério uma tal poesia, como se, sendo ela própria séria, chegasse à verdade, mas que, ao contrário, é preciso, ao escutá-la, tomar cautela, receando pelo governo da alma, e, enfim, ter como lei tudo o que dissemos acerca da poesia.

Glauco — Estou inteiramente de acordo contigo.

Sócrates — Com efeito, é um grande combate, amigo Glauco, sim, maior do que se pensa, aquele em que se trata de nos tornarmos bons ou maus; por isso, nem a glória, nem as riquezas, nem a dignidade, nem mesmo a poesia, merecem que nos deixemos resvalar para o desprezo da justiça e das outras virtudes.

Glauco — Estou de pleno acordo, e julgo que não há ninguém que deixe de concordar também.

Sócrates — Mas ainda não falamos das recompensas maiores e dos prémios reservados à virtude.

Glauco — Devem ser extraordinariamente grandes se são maiores ainda do que os que enumeramos!

Sócrates — Mas o que, sendo tão grande, poderia ter lugar num curto espaço de tempo, visto que todo esse tempo que separa a infância da velhice é bem curto em comparação com a eternidade?

Glauco — Não é nada.

Sócrates — Ora! Achas que um ser imortal deva inquietar-se com um período tão curto como esse, e não com a eternidade?

Glauco — Claro que não. Mas aonde queres chegar com esse discurso?

Sócrates — Não observaste que a nossa alma é imortal?

Glauco — Por Zeus, não! E tu poderás prová-lo?

Sócrates — Sim, com certeza, mas creio até que tu poderias fazê-lo, pois não é difícil.

Glauco — Para mim é, mas gostaria de te ouvir demonstrar essa coisa fácil.

Sócrates — Ouve.

Glauco — Fala.

Sócrates — Reconheces que há um bem e um mal?

Glauco — Sim.

Sócrates — Mas os concebes como eu?

Glauco — Como?

Sócrates — O que destrói e corrompe as coisas é o mal; o que as conserva e desenvolve é o bem.

Glauco — De acordo.

Sócrates — Pois bem. Quando um desses males se prende a uma determinada coisa não faz com que se deteriore e não acaba por dissolvê-la e destruí-la totalmente?

Glauco — Sim.

Sócrates — Então, são o mal e o vício próprios, por natureza, de cada coisa que a destroem, e, se esse mal não a destrói, nada mais poderia fazê-lo. Na verdade, o bem nunca destruirá o que quer que seja, assim como o que não é nem um bem nem um mal.

Glauco — Na verdade, como seria isso possível?

Sócrates — Se encontrarmos na natureza um ser que o seu mal torna vicioso, sem, no entanto, poder destruí-lo e perdê-lo, saberemos de antemão que para um ser assim constituído não há destruição possível?

Glauco — Sim, ao que parece.

Sócrates — Mas como? Não há nada que tome a alma má?

Glauco — Sim, há todos os vícios que enumeramos: a injustiça, a intemperança, a covardia, a ignorância.

Sócrates — Será então que um desses vícios a dissolve e a corrompe? Sendo assim, não nos enganamos ao julgar que o homem injusto e insensato, apanhado em flagrante delito de crime, é perdido pela injustiça, sendo esta o mal da alma. Encara antes o assunto desta maneira: a doença, que é o vício do corpo, mina-o, o destrói e o reduz a já não ser corpo; e todas as coisas de que falávamos há instantes, devido ao seu próprio vício, que se instala nelas e as destrói, acabam no aniquilamento, não é assim?

Glauco — E.

Sócrates — Considera, então, a alma da mesma maneira: é verdade que a injustiça ou qualquer outro vício, ao instalar-se nela, a corrompe e a faz mirrar até levá-la à morte e separá-la do corpo?

Glauco — De modo nenhum.

Sócrates — Por outro lado, seria absurdo imaginar que um mal estranho pudesse destruir uma coisa, e o seu próprio, não.

Glauco — Sim, um completo absurdo.

Sócrates — Percebe então, Glauco, que a má qualidade dos alimentos, que é o seu vício próprio, por falta de frescor, por podridão, por qualquer outra deterioração, não é, segundo nos parece, o que deve destruir o corpo. Se a má qualidade dos alimentos provocar no corpo o mal que lhe é próprio, diremos que no momento da alimentação o corpo pereceu por causa da doença, que é propriamente o seu mal. Porém nunca acreditaremos que tenha sido destruído pelo vício dos

alimentos, que são uma coisa, ao passo que ele é outra, ou seja, por um mal estranho que não teria originado o mal ligado à sua natureza.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Por conseguinte, se a doença do corpo não provoca na alma a doença da alma, não devemos crer que a alma seja destruída por um mal estranho, sem a intervenção do mal que lhe é próprio, como se uma coisa pudesse ser destruída pelo mal de outra.

Glauco — O teu raciocínio está certo.

Sócrates — Desse modo, creamos que estas provas são falsas, ou então, enquanto não forem refutadas, evitemos dizer que a febre, ou qualquer outra doença, ou o assassinato, mesmo que o corpo fosse cortado em pedacinhos, podem contribuir para a ruína da alma, a não ser que nos demonstrem que o efeito destes acidentes do corpo é tornar a alma mais injusta e ímpia. Mas, quando um mal estranho surge numa coisa, sem que a ele se junte o mal particular, não deixemos que se diga que essa coisa pode morrer disso.

Glauco — E bem verdade que ninguém conseguirá provar que as almas dos moribundos se tomam mais injustas por causa da morte.

Sócrates — Mas se alguém ousasse fazer face ao nosso raciocínio e afirmar, para não ser forçado a reconhecer a imortalidade da alma, que o moribundo se torna pior e mais ímpio, concluiríamos que, se diz a verdade, a injustiça é, como a doença, fatal para o homem que a tem dentro de si, e que é deste mal, mortífero por natureza, que perecem aqueles que o recebem: os mais injustos, mais cedo; os menos injustos, mais tarde; ao

passo que a causa real da morte dos maus é o castigo que lhes é infligido pela sua injustiça.

Glauco — Por Zeus! A injustiça não pareceria tão terrível se fosse mortal para o que a recebe dentro de si, visto que seria uma libertação do mal. Penso mesmo que, ao contrário, se descobrirá que ela mata os outros, tanto quanto está em seu poder, ao mesmo tempo que dá vitalidade e vigilância ao indivíduo que a tem. Assim, está longe de ser uma causa de morte.

Sócrates — Estás certo. Se a perversidade própria da alma, se o seu próprio mal, não a pode matar nem destruir, um mal destinado à destruição de uma coisa diferente levará muito tempo a destruir a alma ou qualquer outro objeto que não seja aquele a que está ligado.

Glauco — Sim, assim aeio.

Sócrates — Então, quando não existir apenas um único mal, próprio ou estranho, que possa destruir uma coisa, é evidente que essa coisa deve existir sempre. Assim, se existe sempre, é imortal.

Glauco — Certamente.

Sócrates — Consideremos isto verdade. Porém, se assim é, podes conceber que são sempre as mesmas almas que existem, já que o seu número não pode diminuir, visto que nenhuma morre, nem aumentar. Desse modo, se o número dos seres imortais aumentasse, sabes que aumentaria com o que é mortal e, nesse caso, tudo seria imortal.

Glauco — E assim.

Sócrates — Mas não acreditaremos nisso, pois iria contra a razão, nem também que, na sua essência, a alma esteja cheia de diversidade, de dessemelhança e de diferença consigo mesma.

Glauco — Como?

Sócrates — Não deve ser eterno, como vimos ocorrer para a alma, um composto de várias partes, se essas partes não formarem um conjunto perfeito.

Glauco — Não me parece mesmo possível.

Sócrates — Este argumento que acabo de apresentar e outros obrigam-nos a concluir que a alma é imortal. Para conhecer bem a sua natureza, outrossim, não devemos observá-la, como vimos fazendo, no estado de degradação em que a põem a sua união com o corpo e outras misérias. E preciso contemplá-la com atenção com os olhos do espírito, tal como é quando é pura. Então a veremos infinitamente mais bela e distinguiremos com mais clareza a justiça e a injustiça e todas as coisas de que acabamos de falar. O que dissemos da alma é verdadeiro em relação ao seu estado presente. Por isso, a vimos no estado em que poderíamos ver Glauco, o Marinheiro: teríamos muita dificuldade em reconhecer a sua natureza primitiva, porque as antigas partes do seu corpo foram umas partidas, outras gastas e totalmente desfiguradas pelas águas, e formaram-se partes novas, compostas de conchas, algas e seixos. Também vemos assim a alma, desfigurada por mil males. Mas eis, Glauco, o que se deve ver nela.

Glauco — O quê?

Sócrates — O seu amor pela verdade. Temos de considerar que objetos ela atinge, que companhias procura, devido ao seu parentesco com o divino, o imortal e o eterno. O que viria a ser se se entregasse por completo a essa procura, se, levada por um nobre impulso, se erguesse do mar em que agora se encontra e sacudisse as pedras e as conchas que a

cobrem, porque se alimenta de terra, crosta espessa e rude de areia e rocha que se desenvolveu à sua superfície nos festins ditos bem-aventurados. Aí então seria possível ver a sua verdadeira natureza, se é multiforme ou uniforme e como é constituída. Quanto ao presente, julgo que descrevemos perfeitamente as afecções que experimenta e as formas que toma no decurso da sua existência

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Mas quê! Não refutamos da discussão todas as considerações estranhas, evitando louvar a justiça por causa das recompensas ou da reputação que proporciona, como fizeram I-lesíodo e Homero? Não descobrimos que a justiça é o bem supremo da alma considerada em si mesma e que esta deve realizar o que é justo, quer possua ou não o anel de Gíges e, para além desse anel, o elmo de Hades?

Glauco — E a mais pura verdade.

Sócrates — Então, Glauco, podemos, sem que nos censurem, restituir à justiça e às outras virtudes, independentemente das vantagens que lhes são próprias, as recompensas de toda espécie que a alma delas retira, da parte dos homens e dos deuses, durante a vida e depois da morte?

Glauco — Certamente.

Sócrates — Então me devolverás o que te emprestei durante a discussão?

Glauco — O que é?

Sócrates — Concedi que o justo podia passar por mau e o mau por justo. A bem da verdade, tu pedistes que, embora fosse impossível enganar os deuses e os homens, te concedesse isso, para que a justiça pura fosse julgada em relação à injustiça

pura. Não te lembrás?

Glauco — Não agiria bem se não me lembrasse.

Sócrates — Assim, visto que foram julgadas, volto a pedir, em nome da justiça, que a reputação que ela possui junto dos deuses e dos homens lhe seja reconhecida por nós, com o fito de que ganhe também os prêmios que recebe por essa reputação e que distribui àqueles que a têm. Com efeito, demonstramos que ela dispensa os bens que provêm da realidade e não engana os que a recebem realmente na alma.

Glauco — O que pedes é justo.

Sócrates — Portanto, em primeiro lugar, restitui a mim este ponto: que, pelo menos, os deuses não se enganem a respeito do que são o justo e o injusto.

Glauco — Pois bem, restituo.

Sócrates — E, se os deuses não se enganam, têm amor pelo primeiro, e, pelo segundo, ódio, como concordamos no princípio.

Glauco — Exato.

Sócrates — Mas não havemos de reconhecer que tudo o que vem dos deuses será, para aquele que eles amam, tão bom quanto possível, a não ser que tenha atraído sobre si, por uma fatia anterior, algum mal inevitável?

Glauco — Sim, certamente.

Sócrates — Temos de admitir, então, que, quando um homem justo está exposto à pobreza, à doença ou a qualquer outro destes pretensos males, isso acabará por ser-lhe proveitoso, durante a vida ou depois da morte, pois os deuses não podem desprezar alguém que se esforça por ser justo e por tomar-se, tanto quanto é possível ao homem, pela prática da virtude, se-

melhante a ela.

Glauco — E natural que um tal homem não seja desprezado pelo seu semelhante.

Sócrates — E em relação ao injusto, não se deve pensar o contrário?

Glauco — Sem dúvida alguma.

Sócrates — São estes, com efeito, os prêmios que, por parte dos deuses, pertencem ao justo.

Glauco — Assim o penso.

Sócrates — E por parte dos homens? Não é assim que as Coisas acontecem, na verdade? Os patifes astutos não fazem como esses atletas que conem bem até o limite do estádio, mas não fazem o mesmo na volta? Começam por lançar-se com rapidez, mas ao final as pessoas riem deles, quando os vêem, de orelha caída, retirar-se precipitadamente sem serem coroados. Ao contrário, os verdadeiros conedores chegam ao fim, ganham o prêmio e recebem a coroa. Ora, não costuma se passar o mesmo em relação aos justos? No termo de qualquer empreendimento, do trato que têm com os outros e da sua vida, não adquirem prestígio e não ganham os prêmios que os homens dão?

Glauco — Certamente!

Sócrates — Permitirás, portanto, que eu aplique aos justos o que tu disseste dos maus. Pretendo que os justos, tendo chegado à idade madura, obtenham na sua cidade as magistraturas que queiram obter, que escolham a sua mulher onde quiserem e dêem os seus filhos em casamento a quem melhor lhes aprouver. E tudo aquilo que disseste desses, digo-o agora destes. E direi também sobre os maus que a maioria deles, mesmo ao esconder o que são durante a juventude, se deixam apanhar

no fim da sua carreira e se tomam motivo de troça. Quando chegam à velhice, são insultados na sua miséria pelos estrangeiros e pelos cidadãos, são chicoteados e sujeitados a esses castigos que com razão qualificavas de atrozes. Depois, são torturados, queimados com fenos em brasa. Vê se estou a enumerar todos os suplícios que suportam e vê se me podes permitir que fale assim.

Glauco — Certamente, pois que tens razão.

Sócrates — São estes os prêmios, as recompensas e os presentes que o justo recebe dos deuses e dos homens durante a vida, para além dos bens que lhe proporciona a própria justiça.

Glauco — São belas e sólidas recompensas, bem o vejo.

Sócrates — Porém não são nada, nem pelo número nem pela grandeza, em comparação com o que aguarda, depois da morte, o justo e o injusto. E isto que se deve entender, a fim de que um e outro recebam até o fim o que lhes é devido pela argumentação.

Glauco — Dize, pois há bem poucas coisas que eu escute com mais deleite.

Sócrates — Não é a história de Alcino que te vou contar, mas a de um homem valoroso: Er, filho de Armênio, originário de Panfília. Ele morrera numa batalha; dez dias depois, quando recolhiam os cadáveres já putrefatos, o seu foi encontrado intacto. Levaram-no para casa, a fim de o entenarem, mas, ao décimo segundo dia, quando estava estendido na pira, ressuscitou. Assim que recuperou os sentidos, contou o que tinha visto no além. Quando, disse ele, a sua alma deixara o corpo, pusera-se a caminhar com muitas outras, e juntos chegaram a

um lugar divino onde se viam na terra duas aberturas situadas lado a lado, e no céu, ao alto, duas outras que lhes ficavam fronteiras. No meio estavam sentados juízes, que, tendo dado a sua sentença, ordenavam aos justos que se dirigissem à direita na estrada que subia até o céu, depois de terem posto à sua frente um letreiro contendo o seu julgamento; e aos maus que se dirigissem à esquerda na estrada descendente, levando, eles também, mas atrás, um letreiro em que estavam indicadas todas as suas ações. Como ele se aproximasse, por seu turno, os juizes disseram-lhe que devia ser para os homens o mensageiro do além e recomendaram-lhe que ouvisse e observasse tudo o que se passava naquele lugar. Viu as almas que se iam, uma vez julgadas, pelas duas aberturas correspondentes do céu e da terra; pelas duas outras entravam almas que, de um lado, subiam das profundezas da terra, cobertas de sujeira e pó. Do outro, desciam, puras, do céu, e todas essas aí que chegavam sem cessar, pareciam ter feito uma longa viagem. Chegavam à pia-nície com alegria e acampavam aí como num dia de festa. As que se conheciam desejavam-se as boas-vindas, e as que vinham do seio da terra informavam-se do que se passava no céu. As demais, que vinham do céu, informavam do que se passava debaixo da terra. As primeiras contavam as suas aventuras gemendo e chorando, à lembrança dos inúmeros males e de tudo que tinham sofrido ou visto sofrer, durante a sua estada subterrânea, que tem mil anos de duração, ao passo que as outras, que vinham do céu, falavam de prazeres deliciosos e de visões de extraordinário esplendor. Diziam muitas coisas, Glauco, que exigiriam muito tempo para ser relatadas. Mas aqui está o resumo, segundo Er. Por determi-

nado número de injustiças que tinha cometido em detrimento de uma pessoa e por determinadO número de pessoas em detrimento das quais tinha cometido a injustiça, cada alma recebia, para cada falta, dez vezes a sua punição e cada punição durava cem anos, ou seja, a duração da vida humana, a fim de que a expiação fosse o décuplo do crime. Por exemplo, os que tinham causado a morte de muitas pessoas, seja traíndo cidades OU exércitos, seja reduzindo homens à escravidão, seja se prestando a cometer qualquer outro tipo de maldade, eram atormentados dez vezes mais por cada um desses crimes. Os que, em vez disso, tmham praticado o bem à sua volta, tinham sido justos e piedosos, recebiam, na mesma proporção, a recompensa merecida. A respeito dos que foram mortos ainda na infância ou que viveram apenas alguns dias, Er dava outros pormenores que não merece a pena referir. Para a impiedade e a piedade em relação aos deuses e aos pais e para o homicídio, havia, segundo ele, castigos e recompensas ainda maiores.

Ele dizia tet estado presente quando uma alma perguntou a outra onde estava Ardieu, o Grande. Este Ardieu fora tirano de uma cidade de Panfília mil anos antes dessa época. Havia matado o seu velho pai, o irmão primogénito e cometido, dizia-se, muitos outros sacrilégios. Bem, a alma interrogada respondeu Não veio, não virá nunca a este lugar. Porque, entre outros espetáculos horríveis, vimos este: quando estávamos perto da abertura e prestes a subir, depois de termos sofrido as nossas penas, vimos de súbito esse tal Ardieu com outros, a maior parte, tiranos como ele, mas havia também particulares que se tinham tornado culpados de

grandes crimes. Estes julgavam poder subir, mas a abertura recusou-lhes a passagem e mugia sempre que tentava sair um desses homens que se tinham consagrado inteiramente ao mal ou que não tinham expiado o suficiente. Então, dizia ele, seres selvagens, com os corpos em chamas, que estavam ali perto, ouvindo o mugido, agarraram alguns e levaram-nos. Quanto a Ardieu e aos outros, depois de lhes terem manietado e amarrado os pés e a cabeça, derrubaram-nos, esfolaram-nos, depois arrastaram-nos para fora do caminho e fizeram-nos dobrar sobre arbustos espinhosos, declarando a todos os que passavam por que motivo os tratavam assim e que iam precipitá-los no Tártaro”. Nesse lugar, acrescentava, tinham sentido terrores de toda espécie, mas este sobrepunha-se a todos: cada um temia que o mugido se fizesse ouvir no momento em que deveria subir e foi para eles uma viva alegria poderem subir sem que ele rompesse o silêncio. Tais eram, mais ou menos, as penas e os castigos, assim como as recompensas correspondentes.

Cada grupo passava sete dias na planície. Ao oitavo, devia levantar o acampamento e pôr-se a caminho para chegar, quatro dias mais tarde, a um lugar de onde se via uma luz direita como uma coluna estendendo-se desde o alto, através de todo o céu e de toda a terra, muito semelhante ao arco-íris, mas ainda mais brilhante e mais pura. Chegaram lá após um dia de marcha; e aí, no meio da luz, viram as extremidades dos vínculos do céu, porque essa luz é o laço do céu: como as armaduras que cingem os flancos das trirremes, mantêm o conjunto de tudo o que ele arrasta na sua revolução. A essas extremidades está suspenso o fuso da Ne-

cessidade, que faz girar todas as esferas; a haste e a agulha são de aço, e a roca, uma mistura de aço e outras matérias. É a seguinte a natureza da roca: quanto à forma, assemelha-se às deste mundo, mas, segundo o que dizia Er, deve-se representá-la como uma grande roca oca por dentro, à qual se ajusta outra roca semelhante, mas menor, do modo como se ajustam umas caixas às outras, e, igualmente, uma terceira, uma quarta e mais quatro. Com efeito, há ao todo oito rocas inseridas umas nas outras, deixando ver no alto os seus bordos circulares e formando a superfície contínua de uma única roca em tomo da haste, que passa pelo meio da oitava. O bordo circular da primeira roca, a que fica no exterior, é a mais larga, depois seguem esta ordem: na segunda posição o da sexta, na terceira posição o da quarta~ na quarta posição o da oitava, na quinta o sétima, na sexta o da quinta, na sétima o da terceira e na oitava o da segunda. O primeiro círculo, o maior de todos, é o mais cintilante; o sétimo brilha com o mais vivo esplendor; o oitavo tinge-se da luz que vem do sétimo; o segundo e o quinto, que têm mais ou menos a mesma tonalidade, são mais amarelos que os anteriores; o terceiro é o mais branco de todos; o quarto é avermelhado; e o sexto é o segundo mais alvo. Todo o fuso gira com um mesmo movimento circular, mas, no conjunto arrastado por este movimento, os sete círculos interiores realizam lentas revoluções de sentido contrário ao do todo. Destes círculos, o oitavo é o mais rápido, depois seguem-se o sétimo, o sexto e o quinto, que ocupam a mesma posição em velocidade; nesta mesma ordem, o quarto ocupava a terceira posição nesta rotação inversa; o terceiro, a quarta posição, e o segundo, a quinta. O próprio fuso gira sobre os joelhos da Necessidade.

No alto de cada círculo está uma Sereia, que gira com ele fazendo ouvir um único som, uma única nota; e estas oito notas compõem em conjunto uma única harmonia. Três outras mulheres, sentadas ao redor a intervalos iguais, cada uma num trono, as filhas da Necessidade, ou seja, as Moiras, vestidas de branco, com a cabeça coroada de grinaldas. Elas cantam acompanhando a harmonia das Sereias, e são três: Láquesis canta o passado, Cloto, o presente, e Atropo, o futuro. E Cloto toca de vez em quando com a mão direita no círculo exterior do fuso, para fazê-lo girar, enquanto Atropo, com a mão esquerda, faz girar os círculos interiores. Quanto a Láquesis, toca alternadamente no primeiro e nos outros, com uma e outra mão.

Assim, quando chegaram, tiveram de se apresentar imediatamente a Láquesis. Antes disso, um hierofante os pôs por ordem; depois, tirando dos joelhos de Láquesis destinos e modelos de vida, subiu a um estrado elevado e falou assim:

“Declaração da virgem Láquesis, filha da Necessidade, Almas efêmeras, ides começar urna nova carreira e renascer para a condição mortal. Não é um gênio que vos escolherá, vós mesmos escolhereis o vosso gênio. Que o primeiro designado pela sorte seja o primeiro a escolher a vida a que ficará ligado pela necessidade. A virtude não tem senhor: cada um de vós, consoante a venera ou a desdenha, terá mais ou menos. A responsabilidade é daquele que escolhe. Deus não é responsável”.

A estas palavras, lançou os destinos e cada um apanhou o que caíra perto dele, exceto Er, porque não lhe foi permitido. Cada um ficou então sabendo qual a posição que lhe tinha cabido por sorte. Depois, o hierofante estendeu diante deles modelos de vida em número muito superior ao das almas presentes.

Havia de toda espécie: todas as vidas dos animais e todas as vidas humanas; viam-se tiranias, umas que duravam até a morte, outras, interrompidas a meio caminho, que acabavam na pobreza, no exílio e na mendicância. Havia também vidas de homens famosos, quer pelo seu aspecto físico, beleza, força ou aptidão para a luta, quer pela sua nobreza, e grandes qualidades dos seus antepassados. Havia também as obscuras em todos os aspectos, e o mesmo acontecia para as mulheres. Mas essas vidas não implicavam nenhum carácter determinado da alma, porque esta devia por lei mudar consoante a escolha feita. Todos os outros elementos da existência estavam misturados com a riqueza, a pobreza, a doença e a saúde, e também os meios-termos entre eles. Parece que é aqui, Glauco, que reside para o homem o maior perigo. Aqui está a razão por que cada um de nós, pondo de lado qualquer outro estudo, deve, sobretudo, preocupar-se em procurar e cultivar este, ver se está em condições de conhecer e descobrir o homem que lhe dará a capacidade e a ciência de distinguir as boas e as más condições e, na medida do possível, escolher sempre as melhores. Tendo em mente qual é o efeito dos elementos de que acabamos de falar, tomados juntos e depois em separado, sobre a virtude de uma vida, conhecerá o bem e o mal que proporciona uma certa beleza, unida à pobreza ou à riqueza e acompanhada desta ou daquela disposição da alma; quais são as conseqüências de um nascimento ilustre ou obscuro, de uma condição privada ou pública, da força ou da fraqueza, da facilidade ou da dificuldade em aprender e de todas as qualidades semelhantes da alma, naturais ou adquiridas, quando se misturam umas com as outras, para que, confrontando todas estas considerações e não

perdendo de vista a natureza da alma, possa escolher entre uma vida má e uma vida boa, chamando má à que possa tornar a alma mais injusta e boa à que a torne mais justa, sem atender ao resto. Na verdade, vimos que, durante esta vida e depois da morte, é a melhor escolha que se pode fazer. E é preciso defender esta opinião com absoluta inflexibilidade ao descer ao Hades, para que também lá não se deixe deslumbrar pelas riquezas e pelos miseráveis objetos desta natureza; não se exponha, lançando-se sobre tiranias ou condições afins, causando, assim, males sem número e sem remédio e sofrendo, por conseguinte, outros ainda maiores; para saber, pelo contrário, escolher sempre uma condição intermediária e evitar os excessos nos dois sentidos, nesta vida, tanto quanto possível e em toda a vida futura, porque é a isto que se liga a maior felicidade humana.

Pois bem, segundo o relato do mensageiro do além, o Hierofante dissera, ao lançar os destinos: “Mesmo para o último a chegar, se fizer uma escolha sensata e perseverar com ardor na existência escolhida, há uma condição agradável, e não má. Que o primeiro a escolher não se mostre negligente e que o último não perca a coragem”.

Quando acabou de pronunciar estas palavras, disse Er, aquele a quem coubera o primeiro destino escolheu de imediato a maior tirania e, arrebatado pela loucura e avidez, apossou-se dela sem prestar a devida atenção ao que fazia; e não viu que o destino implicava que o seu possuidor comeria os próprios filhos e cometeria outros horrores; mas, depois de cair em si, bateu no peito e deplorou a sua escolha, esquecendo os avisos do hierofante, pois que, em vez de acusar a si mesmo por seus males, voltava-se contra a sorte, os demônios e tudo o mais.

Era um dos que vinham do céu: tinha passado a vida anterior numa cidade bem policiada e aprendido a virtude por hábito e sem filosofia. E pode-se afirmar que, entre as almas assim pegadas, as que vinham do céu não eram as menos numerosas, porque não tinham sido postas à prova pelos sofrimentos; pelo contrário, a maior parte das que chegavam da terra, havendo sofrido e visto sofrer as outras, não se precipitavam na escolha. Daí que, como dos acasos do sorteio, a maior parte das almas trocasse um bom destino por um mau e vice-versa. E assim, se sempre que um homem nascesse para a vida terrestre se dedicasse salutarmente à filosofia e o destino não o convocasse a escolher entre os últimos, parece, segundo o que se conta do além, que não só seria feliz neste mundo, mas que a sua passagem deste mundo para o outro e o regresso se fariam não pelo rude caminho subterrâneo, mas pela via unida do céu.

O espetáculo das almas que escolhem a sua condição, acrescentava Er, valia a pena ser visto, porque era digno de dó, ridículo e estranho. Com efeito, era segundo os hábitos da vida anterior que, a maioria das vezes, faziam a sua escolha. Ele dizia ter visto a alma que foi um dia a de Orfeu escolher a vida de um cisne, porque, por ódio ao sexo que lhe dera a morte, não queria nascer de uma mulher. Tinha visto a alma de Tâmiras escolher a vida de um rouxinol, um cisne trocar a sua condição pela do homem e outros animais canoros fazerem o mesmo. A alma chamada em vigésimo lugar a escolher optou pela vida de um leão: era a de Ajax, filho de Télamon, que não queria voltar a nascer no estado de homem, pois não tinha esquecido o julgamento das armas. A seguinte era a alma de Agamenon; tendo também aversão pelo gênero humano, por causa das des-

graças passadas, trocou a sua condição pela de uma águia. A alma de Atalanta, estando junto com as que tinham obtido uma situação intermediária, considerando as grandes honras prestadas aos atletas, não pôde ir mais além e escolheu-as. Em seguida, viu a alma de Epeio, filho de Panopeu, passar à condição de mulher perita, e, ao longe, nas últimas filas, a do bobo Tersites revestir-se da forma de um macaco. Por fim, a alma de Ulisses, a quem a sorte fixara o último lugar, adiantou-se para escolher; despojada da sua ambição pela lembrança das fadigas passadas, andou muito tempo à procura da condição tranqüila de um homem comum. Com certa dificuldade, descobriu uma que jazia a um canto, desdenhada pelos outros; e, quando a viu, disse que não teria agido de maneira diferente se a sorte a tivesse chamado em primeiro lugar e, alegre, escolheu-a. De igual modo os animais passavam à condição humana ou à de outros animais, os injustos nas espécies ferozes, os justos nas espécies domesticadas; faziam-se assim cruzamentos de todas as espécies.

Depois que todas as almas escolheram a sua vida, avançaram para Láquesis pela ordem que a sorte lhes fixara. Esta deu a cada uma o gênio que tinha preferido, para lhe servir de guardiã durante a existência e realizar o seu destino. O gênio conduzia-a primeiramente a Cloto e, fazendo-a passar por baixo da mão desta e sob o turbilhão do fuso em movimento, ratificava o destino que ela havia escolhido. Depois de ter tocado o fuso, levava-a para a trama de Átropo, para tomar irrevogável o que tinha sido fiado por Cloto; então, sem se voltar, a alma passava por baixo do trono da Necessidade; e, quando todas chegaram ao outro lado, dirigiram-se para a planície do Lete, passando por um calor terrível que queimava e sufocava, pois esta planície

está despida de árvores e de tudo o que nasce da terra. Ao anoitecer, acamparam nas margens do rio Ameles, cuja água nenhum vaso pode conter. Cada alma é obrigada a beber uma certa quantidade dessa água, mas as que não usam de prudência bebem mais do que deviam. Ao beberem, perdem a memória de tudo. Então, quando todas adormeceram e a noite chegou à metade, um trovão se fez ouvir, acompanhado de um tremor de terra, e as almas, cada uma por uma via diferente, lançadas de repente nos espaços superiores para o lugar do seu nascimento, faiscaram como estrelas. Quanto a ele, dizia Er, tinham-no impedido de beber a água; contudo, ele não sabia por onde nem como a sua alma se juntara ao corpo: abrindo de repente os olhos, ao alvorecer, vira-se estendido na pira.

E foi assim, Glauco, que o mito foi salvo do esquecimento e não se perdeu, e pode salvar-nos, se lhe prestarmos fé; então atravessaremos com facilidade o Lete e não mancharemos a nossa alma. Portanto, se aeditas em mim, crendo que a alma é imortal e capaz de suportar todos os males, assim como todos os bens, nos manteremos sempre na estrada ascendente e, de qualquer maneira, praticaremos a justiça e a sabedoria. Assim estaremos de acordo conosco e com os deuses, enquanto estivermos neste mundo e quando tivermos conseguido os prêmios da justiça, como os vencedores que se dirigem à assembléia para receberem os seus presentes. E seremos felizes neste mundo e ao longo da viagem de mil anos que acabamos de relatar.

